

**Ausências, Assimetrias e Fricções entre o Patrimônio Cultural e Natural: o  
Caso do Movimento Comunitário pela Preservação do Parque  
Modernista, em São Paulo.**

**Conrado Vivacqua**

Doutorando em Paisagem e Ambiente, USP, Brasil

conrado.vivacqua@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9072-0252>

## **Ausências, Assimetrias e Fricções entre o Patrimônio Cultural e Natural: o Caso do Movimento Comunitário pela Preservação do Parque Modernista, em São Paulo.**

### **RESUMO**

**Objetivo** – Este estudo tem como objetivo analisar a luta comunitária pela preservação do Parque Modernista, em São Paulo, destacando as assimetrias entre o valor atribuído ao patrimônio cultural e natural no contexto da Convenção do Patrimônio Mundial. Busca-se compreender como essa dualidade pode ter contribuído para o apagamento das narrativas relacionadas à mobilização social que garantiu a proteção desse bem patrimonial.

**Metodologia** – A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, analisando documentos históricos, estudos sobre preservação patrimonial e o contexto da luta pelo Parque Modernista. A abordagem teórica considera as fricções entre cultura e natureza na preservação do patrimônio, evidenciando a ausência de reconhecimento oficial ao movimento comunitário.

**Originalidade/relevância** – O estudo preenche uma lacuna ao destacar a influência das estruturas globais de patrimonialização na visibilidade das lutas locais. A pesquisa traz uma nova perspectiva sobre a relação entre patrimônio cultural e ambiental, propondo um olhar mais integrado para políticas de preservação e reconhecimento da memória coletiva.

**Resultados** – Identificou-se que a narrativa institucionalizada do Parque Modernista privilegia seu valor arquitetônico e paisagístico, em detrimento do reconhecimento do movimento social que possibilitou sua preservação. A pesquisa aponta que a categorização separada de patrimônios culturais e naturais pode contribuir para invisibilizar mobilizações que articulam ambos os aspectos.

**Contribuições teóricas/metodológicas** – O estudo sugere novas abordagens para a compreensão da relação entre patrimônio cultural e natural, considerando as dinâmicas sociais envolvidas na sua proteção. Propõe-se um modelo analítico que reconhece o papel das lutas comunitárias na construção do patrimônio, ampliando as discussões sobre gestão integrada.

**Contribuições sociais e ambientais** – A pesquisa reforça a importância da memória das mobilizações sociais na constituição do patrimônio, contribuindo para políticas patrimoniais mais inclusivas. Além disso, destaca a necessidade de estratégias que promovam a interseção entre cultura e meio ambiente, ampliando a sustentabilidade dos espaços preservados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural. Parques Urbanos. Educação Patrimonial.

## **Absences, Asymmetries, and Frictions Between Cultural and Natural Heritage: The Case of the Community Movement for the Preservation of the Modernist Park in São Paulo.**

### **ABSTRACT**

**Objective** – This study aims to analyze the community struggle for the preservation of the Modernist Park in São Paulo, highlighting the asymmetries between the value assigned to cultural and natural heritage in the context of the World Heritage Convention. The research seeks to understand how this duality may have contributed to the erasure of narratives related to the social mobilization that ensured the protection of this heritage site.

**Methodology** – The research is based on a bibliographic review, analyzing historical documents, studies on heritage preservation, and the context of the struggle for the Modernist Park. The theoretical approach considers the tensions between culture and nature in heritage conservation, emphasizing the lack of official recognition of the community movement.

**Originality/relevance** – The study addresses a gap by examining the influence of global heritage structures on the visibility of local struggles. The research provides a new perspective on the relationship between cultural and environmental heritage, proposing a more integrated approach to preservation policies and the recognition of collective memory.

**Results** – The study found that the institutionalized narrative of the Modernist Park prioritizes its architectural and landscape value over the recognition of the social movement that enabled its preservation. The research suggests

that the separate categorization of cultural and natural heritage may contribute to the invisibility of mobilizations that integrate both aspects.

**Theoretical/methodological contributions** – The study proposes new approaches to understanding the relationship between cultural and natural heritage, considering the social dynamics involved in their protection. It suggests an analytical model that acknowledges the role of community struggles in the construction of heritage, expanding discussions on integrated management.

**Social and environmental contributions** – The research emphasizes the importance of remembering social mobilizations in heritage formation, contributing to more inclusive heritage policies. Additionally, it highlights the need for strategies that promote the intersection of culture and the environment, enhancing the sustainability of preserved spaces.

**KEYWORDS:** Cultural Heritage. Urban Parks. Heritage Education.

## **Ausencias, Asimetrías y Fricciones entre el Patrimonio Cultural y Natural: El Caso del Movimiento Comunitario por la Preservación del Parque Modernista en São Paulo.**

### **RESUMEN**

**Objetivo** – Este estudio tiene como objetivo analizar la lucha comunitaria por la preservación del Parque Modernista en São Paulo, destacando las asimetrías entre el valor atribuido al patrimonio cultural y natural en el contexto de la Convención del Patrimonio Mundial. Se busca comprender cómo esta dualidad pudo haber contribuido a la invisibilización de las narrativas relacionadas con la movilización social que garantizó la protección de este bien patrimonial.

**Metodología** – La investigación se basa en una revisión bibliográfica, analizando documentos históricos, estudios sobre conservación del patrimonio y el contexto de la lucha por el Parque Modernista. El enfoque teórico considera las fricciones entre cultura y naturaleza en la preservación del patrimonio, destacando la falta de reconocimiento oficial del movimiento comunitario.

**Originalidad/relevancia** – El estudio llena un vacío al destacar la influencia de las estructuras globales de patrimonialización en la visibilidad de las luchas locales. La investigación ofrece una nueva perspectiva sobre la relación entre patrimonio cultural y ambiental, proponiendo un enfoque más integrado para las políticas de preservación y el reconocimiento de la memoria colectiva.

**Resultados** – Se identificó que la narrativa institucionalizada del Parque Modernista privilegia su valor arquitectónico y paisajístico, en detrimento del reconocimiento del movimiento social que posibilitó su preservación. La investigación señala que la categorización separada de los patrimonios culturales y naturales puede contribuir a la invisibilización de movilizations que articulan ambos aspectos.

**Contribuciones teóricas/metodológicas** – El estudio propone nuevos enfoques para comprender la relación entre patrimonio cultural y natural, considerando las dinámicas sociales involucradas en su protección. Se sugiere un modelo analítico que reconozca el papel de las luchas comunitarias en la construcción del patrimonio, ampliando las discusiones sobre gestión integrada.

**Contribuciones sociales y ambientales** – La investigación refuerza la importancia de la memoria de las movilizations sociales en la constitución del patrimonio, contribuyendo a políticas patrimoniales más inclusivas. Además, destaca la necesidad de estrategias que promuevan la intersección entre cultura y medio ambiente, ampliando la sostenibilidad de los espacios preservados.

**PALABRAS CLAVE:** Patrimonio Cultural. Parques Urbanos. Educación Patrimonial.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2024, se completaram quarenta anos de uma das mais interessantes mobilizações pela preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano brasileiro, que envolve não apenas a proteção e tombamento de um dos marcos do patrimônio arquitetônico e paisagístico modernos no Brasil, em momento turbulento de redemocratização do país, mas também episódio pioneiro – e ainda pouco valorizado – de movimento de luta e gestão comunitárias em torno da criação de parque público de caráter cultural e ambiental: trata-se do caso do Parque Modernista, no bairro da Vila Mariana, em São Paulo.

Figura 1 – Registro de passeata pela preservação do Parque Modernista



Fonte: José Nascimento / Folha de S. Paulo, 1984.

No final do ano de 1983, momento de intensas mobilizações populares e protestos de rua direcionados à reivindicação de eleição direta para a Presidência da República no Brasil, após quase vinte anos desde o golpe civil-militar que instauraria repressor e violento regime de exceção no país, se originava o movimento, inicialmente de bairro, em favor da criação do Parque Modernista. O movimento se organizou entre moradores da Vila Mariana que buscavam interromper o projeto de construção de novas torres residenciais em uma das últimas áreas verdes do bairro, que, caso se concretizasse, destruiria também aquele que é considerado como primeiro exemplar de arquitetura e paisagismo modernos no Brasil, a Casa Modernista da Rua Santa Cruz (LIRA, 2011, p. 148).

Projetada pelo arquiteto Gregori Warchavchik junto à sua companheira Mina Klabin, em 1927, para moradia do casal, a Casa Modernista é precursora no uso de elementos industrializados e de uma estética geometrizada e sem ornamentos em sua arquitetura, como assim orientavam as vanguardas do ideário moderno, naquele início de século XX, e teve em seu paisagismo, composto pelo destaque a espécies tropicais, antes relegadas aos fundos das residências brasileiras, as primeiras experiências do que se passou a reconhecer como paisagismo moderno (PERECIN, 2003) e através do qual o Brasil teria grande destaque internacional a partir dali.

Figura 2 – Registro da Casa Modernista, em 1927



Fonte: Hugo Zanella / Acervo FAUUSP

Com o falecimento do casal Gregori e Mina, ao redor do ano de 1970, e com a intenção de seus descendentes de venderem a propriedade, - que se configurava por terreno de ocupação de quase uma quadra inteira, na Rua Santa Cruz, na Vila Mariana - uma notícia de jornal alertando para a possibilidade de destruição da área verde e perda do relevante patrimônio cultural despertaria, entre alguns moradores e vizinhos, um mesmo sentimento de luta pelo bem comum e pela preservação daquele conjunto, que não apenas iria se desdobrar em um movimento organizado de reivindicação e conquista do tombamento da edificação e seus jardins, que se realizou em 1984, mas também na construção de projeto comunitário de gestão cultural e ambiental para novo equipamento público da cidade (MLS, 1984).

Passados mais de quarenta anos desde esta experiência inovadora e pioneira, e estando presente, mais uma vez, nestes últimos anos, a temática da gestão compartilhada e comunitária de espaços verdes públicos da cidade de São Paulo como pauta de reivindicação popular, - principalmente através de movimentos coletivos a favor de novos parques, como o Parque Augusta, na região central da cidade - pouco ou quase nada ainda é mencionado sobre o movimento que levou à preservação do parque no material institucional deste equipamento público, que foi inaugurado, em 2008, com o nome de Casa Modernista, e tem a gestão do seu conjunto partilhada entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), que é responsável pela área externa, e a Secretaria de Cultural (SMC), que se responsabiliza pela residência, hoje um espaço cultural vinculado ao Museu da Cidade de São Paulo (MCSP).

A ausência de uma menção explícita ao movimento segue sendo uma reivindicação daqueles que participaram da luta em favor da criação do parque, manifestada no desejo de uma placa ou sinalização explícita sobre o processo pioneiro de preservação daquele conjunto e como assim foi registrado em entrevistas e coletas de testemunhos para projeto de resgate de memórias do parque, realizado, em 2014, pela então equipe de educadores patrimoniais da Casa Modernista. (BARBOUR e FÉLIX, 2014).

Acredita-se, aqui, que tal ausência pode ser interpretada em algumas chaves de compreensão, interessando, para este trabalho, debater o quanto a relação dual e assimétrica entre cultura e natureza na preservação e gestão do patrimônio, - ausente em movimentos ecológicos que as compreendem de maneira intrínseca, mas fortemente presente na estrutura da gestão pública e dos órgãos de preservação, inclusive na Convenção do Patrimônio Mundial,

como se destacará a seguir - permitiu a abertura de brechas que inibiram uma maior visibilidade para a memória de luta e gestão comunitárias em torno do Parque Modernista.

### **1.1 Contexto geral**

O ano de 1972 se destaca como marco fundamental sobre decisões políticas em escala global voltadas para a relação da humanidade com a cultura e a natureza. Naquele ano, foram realizados ao menos dois eventos globais que seguem sendo norteadores para estes temas e que permaneceram como referências para toda a seguinte produção acadêmica e construção de políticas globais sobre como deve ser estruturada a relação entre as pessoas que habitam a Terra, os Terráqueos ou Terranos, para usar a expressão de Bruno Latour (2020), e seu convívio com o planeta: trata-se da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, a também chamada conferência de Estocolmo, realizada na capital da Suécia, e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ocorrida na capital francesa.

Organizada no desdobramento dos acontecimentos mundiais da década de 1960, momento de evidente tensão nuclear e de risco iminente de aniquilação da humanidade, com eventos críticos de disputa bélica entre potências mundiais, - assim como de importante reação da sociedade civil à degradação da qualidade ambiental do planeta e da manutenção da vida planetária – a Conferência de Estocolmo foi o primeiro grande evento global em que a comunidade internacional, reunida a partir da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus países membros, se debruçou sobre as questões ambientais e de degradação dos recursos da Terra, formulando uma declaração comum como forma de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhora do ambiente humano” (ONU, 1973).

Já a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que ocorreu poucos meses depois da Conferência de Estocolmo e também foi organizada por organismo internacional vinculado à ONU, a partir de seu braço voltado para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO, foi responsável pela regulação, com a criação de parâmetros e diretrizes, de mecanismos de proteção do patrimônio cultural e natural para as diversas nações do mundo, momento em que se criou a lista do Patrimônio Mundial. Tais instrumentos patrimoniais também se relacionavam ao contexto de degradação e risco de destruição planetário, contextualizado anteriormente, ao qual estava exposta a humanidade como um todo, seu meio de vida e sua produção cultural intrinsecamente relacionada, para além da realidade de cada estado nacional (UNESCO, 1972).

Nesse sentido, ao conceituar e normatizar sobre aquilo que deveria ser definido como Patrimônio Mundial, subdividindo tal dispositivo entre patrimônios de caráter cultural e natural, percebe-se, ao avaliar o conjunto de bens listados até hoje, a presente assimetria na proteção de bens considerados de caráter cultural, que são 897, de caráter natural, que são 218 e quase um quarto dos culturais, e, ainda, os de caráter misto, que se configuram em apenas 39 bens listados nesta categoria.<sup>1</sup> Tal dado aponta, assim, para uma desproporção que aparece em nível global, mas que, como interessará debater aqui, também pode repercutir na escala local da preservação de bens e no reforço sobre a ideia de divisão entre aspectos culturais e naturais na proteção patrimonial.

Afinal, a definição do Patrimônio Mundial segue sendo norteador global para as políticas preservacionistas em todo o mundo e, sendo assim, sua segmentação em campos conceituais, como patrimônios culturais e naturais, por exemplo, tem grande potencial de repercussão nas práticas locais, muito embora se considere que, nos últimos anos, como avalia Sandra Pelegrini (2006), já haja uma maior compreensão sobre a ideia de que todo e qualquer patrimônio se manifesta na inter-relação entre as diversas áreas de conhecimentos e que se configura a partir das relações entre a cultura e o meio.

Isso porque a mobilização de organizações científicas e da sociedade civil em torno da emergência da temática socioambiental, principalmente a partir dos anos 1980, trouxe consigo a percepção sobre a interconexão entre os resultados da interação humana com o meio ambiente, manifestada de maneira ainda mais explícita nos movimentos de caráter político-ecológico que, como aponta André Gorz (2010, p.30), bem antes da grande deterioração do meio e da qualidade de vida, já protestavam contra a destruição da “cultura do cotidiano”, que é aquela que permite aos indivíduos interpretarem o mundo que os cerca - definição de luta ecológica, para ele, por excelência.

Porém, tal integração, embora desejada, entre patrimônio cultural e natural, por exemplo, segue encontrando desafios objetivos nas práticas preservacionistas, como se pretende debater aqui para o caso específico do Parque Modernista e como foi analisado por Pelegrini (2006) em “Cultura e natureza: desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental”. Como irá destacar a autora:

“(…) embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural, paisagístico, arqueológico e assim por diante.” (PELEGRINI, 2006, p. 117)

É preciso destacar também, evidentemente, que houve esforços por parte da ONU e da UNESCO no sentido de equalizar, no âmbito do patrimônio, as temáticas entre cultura e natureza, em que pese a incorporação do conceito de Paisagem Cultural, a partir de 1992, a criação do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 – Cidades Sustentáveis e Comunidades, que compõe a Agenda 2030 da ONU, e, em 2011, a Recomendação da Paisagem Histórica Urbana, na qual se reconheceu a necessidade de “relação equilibrada e sustentável entre o ambiente urbano e o natural, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado” (UNESCO, 2011), abrindo-se espaço para a proteção do caso exemplar, por exemplo, da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro. Como atestar a recomendação:

As preocupações com o ambiente, especialmente no que se refere ao consumo de energia e de água, requerem abordagens e novos modelos de vida urbana, baseados em políticas e práticas ecológicas com vista a reforçar a sustentabilidade e a qualidade da vida urbana. Muitas dessas iniciativas, no entanto, devem integrar o patrimônio cultural e natural enquanto recurso de desenvolvimento sustentável. (IDEM, 2011)

Entende-se, portanto, que a paisagem tem sido um norteador de conexão entre cultura e natureza, inclusive nas esferas da preservação do patrimônio, e, nesse sentido, também é um potencial articulador das noções, tantas e problemáticas vezes fragmentadas, entre patrimônio cultural e ambiental. Afinal, parte-se do princípio que a ideia de natureza é

uma construção cultural da relação da humanidade com o meio em que vive (LENOBLE, 1990), tal e qual o conceito de paisagem que pode ser abordado como sendo “nosso habitat humano e nossa história viva, um complexo misto de elementos culturais” (IUCN, 2004, p. 1).

Agrega-se a estas questões, ainda, os princípios do “direito à paisagem” e do “direito da paisagem” que, como debatidos no texto “O direito ao (in)compreensível: arte, cidade, paisagem e transformação social”, apontam para dimensões da paisagem que vão além da fundamental garantia à fruição desinteressada e da experiência estética vinculada ao ambiente, mas também podem ser compreendidas “como o acesso à leitura crítica do mundo, capaz de mobilizar os indivíduos em prol de uma vida mais humanizada” (LIMA, ALBUQUERQUE, LIMA, WEHMANN, 2017, p.308), já que a paisagem é o articulador entre nossa maneira de estar no mundo ao registrar as impressões dos viventes sobre os territórios da Terra.

Tal relação se manifestou de forma evidente no movimento que culminaria na proteção do Parque Modernista, que é o foco central de estudo deste trabalho, já que a luta comunitária em torno da preservação de uma das últimas áreas verdes do bairro da Vila Mariana, em São Paulo, como já comentado acima, foi motivada, como frisavam os próprios integrantes e ativistas do movimento, pela criação de um equipamento de “utilização pública como centro cultural e de lazer em benefício da coletividade” (MLS, 1984, p. 9) frente ao interesse imobiliário de destruição da área para a criação de torres residenciais.

## **2 OBJETIVOS**

Realizada a introdução e o contexto geral trabalhados neste artigo, como visto acima, especificam-se, a seguir, os objetivos geral e específico propostos aqui.

### **2.1 Objetivo geral**

Espera-se participar de um debate mais amplo a respeito das questões que envolvem patrimônios de evidente valor cultural e natural, nessa segunda década do século XXI, compreendendo os desafios da emergência climática impostos pela depredação humana na sua relação com a Terra, com o conjunto dos seres vivos e com os ciclos naturais, e a urgência, nesse mesmo sentido, de outras e novas abordagens com o nosso patrimônio no mundo tendo em vista objetivos de maior democratização da participação pública no planejamento e gestão das cidades e seus patrimônios e para a restauração de ecossistemas e ambientes em relacionamento mais sustentável entre todos os seres e o planeta.

### **2.2 Objetivo específico**

Embora a importância ambiental tenha se revelado como um valor para a luta pela preservação do conjunto do Parque Modernista, no início dos anos 1980, como se verá com mais detalhes nas páginas seguintes, pouco ou quase nada sobre a motivação ambiental na preservação desse bem é apresentado no material expositivo atual do parque e da casa,

sobrepondo-se a isso o interesse e valores estritamente entendidos como culturais vinculados ao pioneirismo da arquitetura e do paisagismo modernos.

Interessará aqui, portanto, entender as motivações que levam a ausências do caráter natural e ambiental na valorização deste bem, sua relação com as assimetrias na preservação de bens de caráter cultural e ambiental, em todas as escalas, e as fricções entre o entendimento de valor cultural e ambiental em um movimento de caráter ecológico, como o que levou à preservação do conjunto do Parque Modernista, permitindo buscar, desta forma, novas abordagens para a preservação de bens públicos coletivos.

### **3 METODOLOGIA**

Explicados os pontos principais deste artigo, é preciso comentar ainda que este trabalho se organiza a partir de pesquisa de doutorado, iniciada em 2021, com o título inicial “A causa ecológica do Parque Modernista – luta e gestão democráticas para um novo parque público em São Paulo”, inserido no programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), na área de Paisagem e Ambiente.

Além disso, este texto foi elaborado pela provocação da matéria de pós-graduação “Cidade, História e Patrimônio Cultural”, que, realizada de forma online, no primeiro semestre de 2021, em conjunto com as matérias “Seminários em patrimônio: novas abordagens em patrimônio”, do Mestrado Profissional Projeto e Patrimônio (MPPP-FAU/UFRJ), e “Teoria Cultural/Estudos Especiais em Teoria Cultural” (PPGG/IGEO/UFRJ), ou seja, a partir da integração entre três programas de pós-graduação brasileiros durante período excepcional de pandemia da COVID-19, promoveu diálogos entre diferentes pesquisas, nacionais e internacionais, em torno de novas abordagens para o patrimônio, alinhadas à iniciativa global e aos eventos do “Our World Heritage”.<sup>ii</sup>

Nesse sentido, este trabalho se organiza partindo tanto da pesquisa inicial levada a cabo pelo projeto de doutorado, que inclui investigação em fontes primárias e secundárias, como depoimentos realizados para o projeto de memórias dos educadores patrimoniais da Casa Modernista, e os documentos e bibliografia vinculados ao movimento em torno do Parque Modernista, quanto da própria bibliografia oferecida pela disciplina e pelos debates levantados durante as aulas e o evento internacional vinculado ao cronograma de aulas. Inclui-se ainda aí a bibliografia de outra matéria de pós-graduação, cursada paralelamente a esta já descrita, oferecida pelo grupo de professores da área de Paisagem e Ambiente da FAUUSP, de nome “Espaços livres públicos coletivos urbanos”.

Portanto, partindo da bibliografia e conteúdos ofertados pelas disciplinas e da investigação inicial do material relacionado à pesquisa de doutorado, este artigo busca construir uma relação inicial de pesquisa explicativa em que se toma, aqui, o objetivo de tentar levantar hipóteses para os apagamentos de memória vinculados aos movimentos de luta pela preservação do Parque Modernista a partir das assimetrias entre patrimônio cultural e natural, repercutidas a partir de âmbito mais geral da proteção do patrimônio mundial. Tem-se, assim, a intenção de se expor aqui os debates iniciais daquele início de pesquisa de pós-graduação

interceptado por uma pluralidade de vozes e temas suscitados pela disciplina cursada e pelo evento internacional, objetivando a partilha de ideias por novas abordagens para o patrimônio.

#### 4 RESULTADOS

Para levar a cabo os resultados obtidos, discorre-se, a seguir, sobre os três pontos chave discutidos neste trabalho, sendo eles: as ausências sobre o patrimônio natural no material institucional do Parque Modernista; as assimetrias entre a prevalência do patrimônio cultural sobre o patrimônio material relacionado ao estudo de caso e, por fim, como isso se fricciona em caráter local, contribuindo para a discussão de maneira mais ampla, objetivo geral deste artigo.

##### 4.1 Ausências

A Casa Modernista foi inaugurada como parque público em 2008, como já comentado acima, após uma série de reformas e longo período de judicialização da propriedade junto aos antigos proprietários, a família Warchavchik, que tiveram o processo de venda do terreno da sua residência da Rua Santa Cruz interrompido pelo tombamento da área pelos órgãos nacional e estadual paulista de patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), respectivamente, no ano de 1984 (MLS, 1984, p. 6).

Nesse sentido, o parque passa a fazer parte, então, do conjunto de parques municipais administrados pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da Prefeitura de São Paulo, que hoje está configurado em mais de 110 parques, tendo ainda a participação da Secretaria Municipal de Cultural (SMC), por meio do Museu da Cidade de São Paulo (MCSP), na administração da residência em si e sua programação cultural e patrimonial. O MCSP também é responsável pela administração de outras casas-museu na cidade de São Paulo, todas elas referenciais para o patrimônio paulistano, como, por exemplo, as edificações coloniais setecentistas da Casa do Butantã e a Casa Sertanista.

Figura 3 – Exemplo de comunicação visual no parque



Fonte: Bruno Santos / FolhaPress

Assim, após a sua abertura como parque, uma série de referências ao patrimônio arquitetônico e paisagístico, abrigado neste equipamento público, passam a estar apresentadas ao visitante da Casa Modernista, direcionadas a partir de textos expostos em comunicação visual

dispersa por entre suas alamedas e árvores. Por meio delas, o visitante poderá saber que, ocupando um lote de 12.800m<sup>2</sup> de quase uma quadra inteira do bairro, o conjunto da Casa Modernista abriga atualmente a residência que pertenceu à Gregori Warchavchik e Mina Klabin que, como já comentado anteriormente, foi projetada em 1927 para moradia do casal e foi onde, também, os dois viveram até o final de suas vidas.

Conhecerá também com mais profundidade a história do próprio Warchavchik, que se formou arquiteto na Europa e lá se aproximou do ideário e das vanguardas modernas na arquitetura, de onde emigraria para o Brasil, na década de 1920. Já neste país, após casar-se com Mina, que pertencia a uma família abastada e com importantes posses imobiliárias no bairro da Vila Mariana, faz do projeto de sua nova residência a oportunidade para aplicar as teorias que vinha formulando desde seus estudos iniciais em arquitetura. Nesse contexto, então, opondo-se a legislação vigente, que impunha uma série de normativas de fachada, e alegando falta de recursos para burlar o padrão estético impositivo, Warchavchik realizará este projeto inovador na cidade de São Paulo que é considerado pioneiro no uso e construção de elementos vinculados à vanguarda moderna, em que pese as dificuldades de industrialização de materiais e restrições de um parque industrial incipiente no Brasil (LIRA, 2011, p. 151).

Além disso, ao percorrer o parque, o visitante também poderá entrar em contato com totens expositivos com imagens e informações sobre o estado de conservação da Casa Modernista e seu processo de reforma inicial, assim como será apresentado aos jardins elaborados por Mina, que foram também precursores na inauguração de uma linguagem nova e moderna para o paisagismo - em que o Brasil teve, posteriormente, grande destaque por meio da obra de Roberto Burle Marx - ao utilizar elementos escultóricos e da flora tropical brasileira, como mandacarus, palmas e espécies frutíferas. Dentro deste assunto, é preciso destacar que o trabalho de Mina foi, por muito tempo, secundarizado frente à repercussão do trabalho realizado por seu companheiro Gregori, tento em vista questões estruturais de gênero que levaram a um reconhecimento tardio da relevância da sua obra, que foi apenas reconhecida em pesquisas recentes. (PERECIN, 2003 e SANDEVILLE, 1993).

Destacados estes elementos, em que se verifica a presença significativa de material informativo e educativo com caráter cultural e patrimonial na Casa Modernista, por outro lado, não se encontra com o mesmo destaque menções diretas ao patrimônio socioambiental do parque, notando-se a evidente ausência de qualquer menção mais extensa ao movimento comunitário que, reunido nos anos 1980, permitiu que o conjunto da Casa Modernista pudesse ser preservado, tombado e transformado em um parque público. Da mesma maneira, embora haja um grande letreiro na entrada do parque com os dizeres PARQUE MODERNISTA, nomenclatura que guiou a luta comunitária pró-parque, o caráter cultural da Casa Modernista parece se sobrepor também na nomenclatura adotada para dar nome a este e equipamento cultural e ambiental, que hoje se chama Casa Modernista, tanto o parque quanto a residência, demonstrando sobreposições explícitas de narrativas entre cultura e meio ambiente.

Figura 4 – Exemplo de roda de conversa para gravação do projeto “Memória Presente”, em 2014



Fonte: Acervo pessoal

Assim sendo, ao compreender a questão que envolve a disputa de narrativas sobre as histórias deste patrimônio de diversificados valores e atributos, em 2014, trinta anos após o tombamento do conjunto do Parque Modernista, a equipe de educadores patrimoniais vinculada ao MCSP propôs e realizou o projeto “Memória Presente”, que visava, a partir da coleta de depoimentos de visitantes e frequentadores deste equipamento cultural, abrir espaço para novas e plurais narrativas para além daquela estruturada institucionalmente em torno do patrimônio arquitetônico e paisagístico da Casa Modernista, que privilegiava, como comentado logo acima, a narrativa centrada na jornada de vida e atuação profissional de Gregori Warchavchik e Mina Klabin (BARBOUR e FÉLIX, 2014).

Realizado nos dois primeiros meses daquele ano, durante o período de recesso escolar em que há menor participação de visitação de colégios, o projeto abriu espaço para a manifestação espontânea de recordações de seus visitantes, fazendo uma chamada aberta para encontros públicos em roda, com agendamento prévio em datas determinadas, voltados à coleta de depoimentos gravados. Dentre os mais variados testemunhos coletados, de diferentes épocas do parque, indo desde o filho do casal Warchavchik até o testemunho de visitantes mais recentes, a presença do grupo de antigos ativistas que fizeram parte da luta pela preservação do parque, década atrás, ganharia bastante força e expressão, principalmente pela ausência de menções a este movimento no material institucional e expográfico do parque.

Compreendendo a demanda por algum marco, homenagem ou placa que fizesse referência à participação da sociedade civil organizada que levou à preservação da área e à criação do parque e a expectativa alçada a partir da escuta dos agentes sociais envolvidos com a preservação do conjunto neste projeto, em que foi possível exercitar, via educação patrimonial, a participação pública ativa na construção de atividade educativa, e passados todos estes anos desde o tombamento do conjunto, vale aqui a pergunta sobre quais causas poderiam ser levantadas como hipóteses iniciais para a ausência das memórias de luta pelo tombamento no conteúdo institucional desde equipamento da cidade de São Paulo. Afinal, o que permitiu estas ausências?

Acredita-se, aqui, que, dentre as diversas hipóteses para isso, encontra-se como chave de discussão a divisão entre patrimônio cultural e patrimônio natural e suas assimetrias de valor no campo preservacionistas, já que, como debatido acima, há um evidente processo, neste estudo de caso específico, de maior valorização e deslocamento para as questões mais explicitamente vinculadas aos conteúdos e campos de caráter cultural, frente a um processo de

apagamento, intencional ou não, das questões que envolvem o valor socioambiental e a própria referência ao patrimônio natural e ambiental, em que se destaca o processo de luta pela defesa de uma das últimas áreas verdes do bairro da Vila Mariana. Afinal, além de abrigar um importante conjunto de valor material e histórico, relevante para a história da arte, da arquitetura e do paisagismo brasileiros no século XX, o Parque Modernista abriga, também, um importante patrimônio vivo, com espécies animais e vegetais, que organizou, inicialmente, a luta pela sua preservação.

#### **4.2 Assimetrias**

Como comentado na introdução deste trabalho, alguns aspectos da divisão entre patrimônio cultural e natural remontam diretamente aos critérios de seleção da lista do Patrimônio Mundial, criados em 1972, a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, das Nações Unidas, e que se tornaram referência para o campo e para as políticas preservacionistas em escala mundial a partir de então. Desde a sua criação e até hoje, tal listagem de bens privilegia e demonstra assimetrias quantitativas entre bens listados por seu caráter cultural ou natural, prevalecendo em número muito superior os primeiros, o que pode indicar que, nessas últimas décadas, o processo de patrimonialização não só deu maior foco para o caráter cultural do patrimônio mundial como, nesse sentido, também pode ter reforçado divisões e assimetrias entre o valor cultural e natural de bens a serem preservados – mesmo que se considere os esforços recentes, já comentados, para a minimização deste quadro.

Tal norteador, organizado a partir dos critérios dispostos na lista do Patrimônio Mundial, parece encontrar na escala local de atuação, mais especificamente no estudo de caso analisado aqui, o processo de preservação da Casa Modernista e a criação de um novo equipamento público, reproduções dessas assimetrias, como visto acima, já que é perceptível a sobreposição de informações e material educativo voltados para a questão do patrimônio cultural, entendido de forma estrita, frente às questões do patrimônio ambiental e do próprio processo de luta pela preservação da área verde, de forte caráter socioambiental. Portanto, percebe-se nas relações entre este bem protegido específico o reforço da ideia de separação entre cultura e natureza no processo de valorização patrimonial e, dentro disso, uma maior importância dada aos aspectos culturais, como também acontece na lista do Patrimônio Mundial.

Esta divisão é reproduzida, inclusive, na própria administração do bem aqui estudado, já que, como dito, a gestão do equipamento público é dividida entre o órgão de cultura municipal, que faz a gestão e administração da casa e dos jardins, enquanto o parque em si é gerido pelo órgão municipal de meio ambiente, divisão esta que, se acordada administrativamente, na prática expõe as tensões do entendimento segregado entre os conceitos de cultura e natureza. Pois, afinal, as delimitações entre casa, jardins e parque são, evidentemente, borradas, ainda mais em um projeto moderno que visa a integração e dissolução entre arquitetura e paisagismo e entre o interior e o exterior da residência, como este, o que parece denunciar a repetição do problema entre cultura e natureza quando não

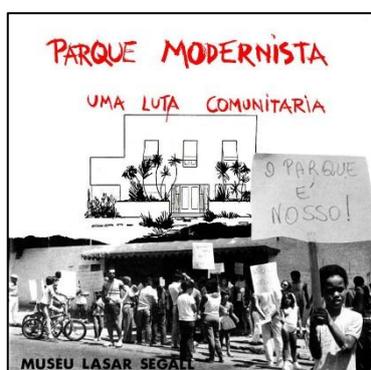
pensados em chave articulada ou como binômio, como propõe Latour (2020), ou seja, como entes divisíveis como também assim aparecem na classificação de bens listados como Patrimônio Mundial.

Tendo em vista isso, retornar aos processos de luta pela preservação e tombamento do Parque Modernista, como aqui proposto, parece auxiliar na sugestão de novas perspectivas para o problema vinculado a esta dualidade falsa entre patrimônio cultural e ambiental, que aparece friccionado em um caso exemplar como este de significativa importância tanto cultural quanto, também, de evidente valor natural. Como veremos a seguir, a posição ecológica do movimento pró-parque, imbuída em si de uma visão articulada entre cultura e natureza por uma perspectiva ecológica, que não as concebe como elementos distintos, mas, ao contrário, propõe que ambos partem de um mesmo sentido comum de interpretação do tempo, das memórias, do espaço comum e também, claro, de um sentido ampliado de cultura, se aproxima do movimento recente de ampliação do sentido de patrimônio cultural, englobando pluralidades, que vem sendo melhor percebido no campo preservacionista e que está debatido pelo texto de Pelegrini (2006), comentado no início deste trabalho.

### 4.3 Fricções

A principal publicação, até hoje, sobre o processo de luta pela preservação do Parque Modernista, o catálogo da exposição “Parque Modernista – uma luta comunitária”, que foi realizada no Museu Lasar Segall (MLS), que está localizado também na Vila Mariana, e contou com apoio da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), em 1984, se apresenta como uma carta de intenções do movimento pró-parque, já que catálogo e exposição foram, de forma pioneira, elaborados conjuntamente entre técnicos do museu e os integrantes da sociedade civil participantes do movimento pela preservação, em momento ainda crucial para os desdobramentos da preservação deste bem público, já que se organizou no próprio período em que se estava realizando a luta e o processo de tombamento.

Figura 5 – Capa do catálogo da exposição “Parque Modernista – uma luta comunitária”



Fonte: Acervo MLS

Através do catálogo, que, como se sabe, é muito anterior à inauguração do parque de fato, que só se realizou em 2008, percebe-se que, embora a importância do conjunto paisagístico e arquitetônico seja um elemento de relevância incontestável para a luta em torno

da preservação da área, há, na motivação que levou à mobilização popular, o claro destaque para dois elementos centrais: impedir a demolição da casa, por um lado, sim, e, por outro, evitar a “derrubada total da riquíssima vegetação da área” (MLS, 1984, p.6). Além disso, destaca-se neste material também a recusa pela possibilidade apresentada de tombamento apenas da casa, o que levaria à destruição de toda a vegetação ao redor, reiterando-se a luta pelo “tombamento total da área” pelos órgãos de proteção – assim grifado para reforçar o destaque. (IDEM, 1984, p. 6)

Tal articulação entre proteção do patrimônio cultural e natural fica ainda mais evidente no que se segue nas páginas do catálogo elaborado pelo movimento para a exposição, já que, segundo os integrantes do movimento, “um dos motivos básicos que levou à criação espontânea do Movimento dos moradores da Vila Mariana foi o respeito à nossa história e ao nosso patrimônio natural e a preocupação em tornar público esse significativo acervo histórico-natural que constitui o Parque Modernista” (IDEM, 1984, p. 19) Ou seja, fica claro que, apesar das tentativas de proteção apenas da residência dos Warchavchik para o andamento de uma nova edificação, explorando-se o ponto de vista do valor artístico e cultural exclusivamente, a luta permanente dos moradores visava o entendimento de que que um novo parque condensaria os aspectos comuns de um equipamento público de caráter cultural e também ambiental para o bairro, simultaneamente.

O caráter ambiental do movimento, que se organizou no final dos anos 1983, mesmo ano de intensas mobilizações democráticas pelo retorno ao voto direto para a Presidência da República no Brasil e de um despertar socioambiental mais evidente a nível global, e que surgiu após a publicação de uma nota de jornal apontando para a possibilidade de destruição da primeira casa modernista do país e da última “mancha verde do bairro, que a circunda” (IDEM, 1984, p.19), aparece ainda na descrição feita no catálogo que identifica quem compõe o movimento pró-parque, caracterizados por eles como: “(...) os moradores da Vila Mariana, as pessoas interessas numa cidade melhor de se viver, preocupadas com a defesa do meio-ambiente, os arquitetos, os biólogos, órgãos de imprensa que tem apoiado a causa e os colegas que engrossaram um abaixo-assinado com mais de 3 mil nomes” (MLS, 1984, p. 9).

Assim sendo, se ainda muito pouco foi pesquisado – até o momento – sobre o movimento que levou ao tombamento da Casa Modernista e sua transformação em parque público, impedindo a construção de um novo empreendimento imobiliário que descaracterizaria por completo este importante patrimônio de valor coletivo, pode-se apostar que, como visto aqui, apesar do destaque que hoje ainda é dado para o valor estritamente cultural deste bem preservado, alcançado por meio de um dos episódios mais interessantes da história da preservação do Brasil, pode-se afirmar que o valor ambiental, que teve sua importância apagada e negligenciada ao longo desses anos, foi um dos grandes motivadores do processo de preservação do conjunto e criação de um novo parque, o Parque Modernista, como assim desejavam chamar os seus apoiadores. Fricções, portanto, de uma conceitualização que separa o patrimônio entre cultural e ambiental, sem compreendê-lo na sua dinâmica articulada, como assim propunham os ativistas pelo parque.

## 5 CONCLUSÃO

Como visto neste trabalho, muitos esforços ainda serão necessários para que se amplie o debate entre as tensões geradas pela construção bipartida entre patrimônio cultural e patrimônio natural a partir da conceitualização organizada nos anos 1970 com a Convenção do Patrimônio Mundial. Espera-se, com esta contribuição, participar da ampliação destas discussões e ajudar a fornecer algumas informações sobre o impacto que esta referência global pode gerar na escala local da preservação, principalmente em casos em que os aspectos cultural e natural se apresentam ainda mais diluídos, como nos parece ser a experiência do Parque Modernista, que, até hoje, carrega em seu nome apenas a menção à casa que ele abriga e ao sentido estritamente cultural que ele possui.

Nessa celebração, tão recente, pelos quarenta anos da preservação do conjunto do parque, comemorados em 2024, novas abordagens se mostram necessárias para se refletir não apenas sobre as sobreposições entre cultura e natureza na preservação de bens patrimoniais, mas também a respeito do papel da memorialização da própria jornada de luta comunitária em torno da preservação, muitas vezes ausente no discurso institucional, como vimos, de equipamentos de cultura e meio ambiente que posteriormente passam a gerir as áreas tombadas, prevalecendo outras narrativas institucionais canônicas e hegemônicas que não priorizam o sentido educativo e político representado em movimentos pela preservação, tanto quanto o fazem para o valor intrínseco desses bens.

Por fim, vale lembrar que segue urgente e vigente, ainda hoje, a reivindicação do grupo de antigos ativistas pelo Parque Modernista por uma placa que mencione diretamente no parque o processo de luta que permitiu que, nesses últimos anos, este patrimônio público pudesse ser protegido, conhecido e visitado, não só por brasileiros, mas por visitantes e estudiosos da arte, arquitetura e paisagismo de todo o mundo. Espera-se, também, com este trabalho, fazer deste texto uma homenagem e uma espécie de “placa” memorial, mesmo que simbólica, para todas e todos aqueles que participaram dessa luta, em momento de tantas tensões democráticas, apontando que a luta local é também global e que a conquista da democracia, resgatada naqueles anos 1980, no Brasil, foi e segue sendo, um processo de busca permanente.

## 6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARBOUR, Vivian; FÉLIX, Luciana. Recriando espaços por meio de narrativas: a potência da mediação nos processos de resignificação de bens culturais. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCAÇÃO DO BRASIL – ConFAEB, 2014, Ponta Grossa. Anais [...]. Ponta Grossa: ConFAEB, 2014.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Nova York: UN, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

DECLARATION OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT. Nova York: UN, 1973. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/COF.48/14/REV.1](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/COF.48/14/REV.1). Acesso em: 26 jun. 2021.

GORZ, André. *Ecológica*. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2010.

IUCN. **Future Landscapes**. Gland: IUCN, 2004. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/4243088/Future-Landscapes-2004>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre natureza no Antropoceno**. São Paulo; Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de Natureza**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LIMA, Catharina; ALBUQUERQUE, Elaine; LIMA, Gabriel; WEHMANN, Hulda Erna. O direito ao (in)compreensível: arte, cidade, paisagem e transformação social. **RUA**, v. 23, n. 2, p. 291-309, 2017.

LIRA, José. **Warchavchik: fraturas da vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

**PARQUE MODERNISTA: uma luta comunitária**. Catálogo da exposição realizada no Museu Lasar Segall. São Paulo: Associação MLS, 1984.

PELEGRINI, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Maringá: UEM, 2006.

PERECIN, Tatiana. **Azaléias e mandacarus: Mina Klabin Warchavchik, paisagismo e modernismo no Brasil**. São Carlos: EESC-USP, 2003.

RECOMENDAÇÃO DA PAISAGEM HISTÓRICA URBANA. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: [https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao\\_sobre\\_a\\_paisagem\\_historica\\_urbana\\_unesco\\_2011.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf). Acesso em: 26 jun. 2021.

SANDEVILLE, Euler Jr. **A herança da paisagem**. São Paulo: USP, 1993.

---

## DECLARAÇÕES

---

### CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

- **Concepção e Design do Estudo:** Conrado Vivacqua.
  - **Curadoria de Dados:** Conrado Vivacqua.
  - **Análise Formal:** Conrado Vivacqua.
  - **Aquisição de Financiamento:** Conrado Vivacqua.
  - **Investigação:** Conrado Vivacqua.
  - **Metodologia:** Conrado Vivacqua.
  - **Redação - Rascunho Inicial:** Conrado Vivacqua.
  - **Redação - Revisão Crítica:** Conrado Vivacqua.
  - **Revisão e Edição Final:** Conrado Vivacqua.
  - **Supervisão:** Conrado Vivacqua.
-

**DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

Eu/Nós, **[Conrado Vivacqua]**, declaro(amos) que o manuscrito intitulado "**[Ausências, Assimetrias e Fricções entre o Patrimônio Cultural e Natural: o Caso do Movimento Comunitário pela Preservação do Parque Modernista, em São Paulo]**":

1. **Vínculos Financeiros:** Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
2. **Relações Profissionais:** Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
3. **Conflitos Pessoais:** Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.

---

<sup>1</sup> A relação de bens listados como Patrimônio Mundial e suas subcategorias pode ser acessada através de: <http://whc.unesco.org/en/list/> Acessado em 12 ago. 2021.

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a formulação da disciplina de pós-graduação atrelada aos três programas, ver mais em: <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2021/03/04/fauuspproarqigeo/> Acessado em 19 jun. 21.